



ADER 0012



Para defender a Amazônia da devastação, começa hoje uma campanha em São Paulo.

## Ameaça à segurança nacional, perigo para a humanidade, terrorismo.

(Isso é o que significa devastar a Amazônia, dizem um general e um almirante.)

Reportagem de Randau Marques

A devastação da Amazônia é um problema que afeta a segurança nacional, na opinião de um general do Exército. E sua tese já chegou à Escola Superior de Guerra. "A segurança nacional está sendo aniquilada; grupos extremistas estão transformando o país em verdadeiro deserto", escreveu ele no documento que enviou à ESG no começo do ano, quando ainda estava na ativa. Agora, reformado, ele acredita que só com a mobilização de toda a população brasileira poderá ser evitado o golpe final contra o país — a destruição da floresta amazônica.

O general Tasso Vilar de Aquino, ex-comandante da 9ª Região Militar, ex-chefe do Departamento de Ensino e Pesquisas do Exército, passou 25 anos na Amazônia, lutando, em companhia do almirante José Luiz Belart (criador da Flotilha da Amazônia), contra os "perigosos grupos extremistas, integrados por criminosos oportunistas que precisam ser detidos o mais depressa possível, antes que condenem o povo brasileiro à miséria, à degradação e progressiva extinção".

Em fevereiro último, o general encaminhou ao Ministério do Exército, à Escola Superior de Guerra e a todos os outros ministérios e órgãos de primeiro escalão um documento chamado "Doutrina de Ocupação dos Espaços Vazios do Território Nacional", em que denuncia todos os atos de "terrorismo ecológico que estão sendo cometidos contra a segurança nacional, assolando o País sob a complacência dos órgãos que deveriam defendê-lo de seus inimigos".

### A proteção dos inimigos

Esses inimigos — grupos multinacionais e empresários inescrupulosos, segundo o general — contam com incentivos fiscais e várias regalias governamentais, e "agora estão pretendendo obter dinheiro a custo zero para destruir a Amazônia. Se não conseguirmos detê-los, será o fim, o povo brasileiro perderá a sua soberania e verá a maior riqueza que possui, a sua pátria, ser calcinada pelos inimigos".

O documento ganhou o apoio de vários generais, almirantes, brigadeiros e outras autoridades (principalmente dos chamados "castelistas"), que vêem na atual escalada de destruição ambiental um ato subversivo sem precedentes na história do País: "Nem quando Portugal reconstruiu a moderna Lisboa com o ouro e madeira brasileiros houve tamanhos danos ao País, e a destruição provocada pelos holandeses, ao invadir o nosso território em busca do pau-brasil, parece simples brincadeira perto do que está acontecendo. Está havendo uma guerra implacável contra 110 milhões de brasileiros e seus descendentes; pretendem repetir aqui o que fizeram contra países africanos e árabes: transformar tudo em lugares onde o silêncio que reina sobre as areias só é quebrado pelo zunir do vento. A pátria está sendo incendiada, mutilada e arruinada; cabe aos seus filhos defendê-la, exigindo providências ao Governo".

José Luiz Belart, um almirante que passou 30 de seus 72 anos fiscalizando a pesca, caça e desmatamento na Amazônia, ficou desesperado quando a profecia do general Tasso Vilar de Aquino começou a se concretizar, através de notícias de jornais dando conta da iminente entrega de vastas áreas florestais a grupos multinacionais, mediante contratos de exploração que aconteceria após uma pré-estrela da devastação, com o corte de milhares e milhares de árvores na região do rio Tucuruí.

Mesmo parafítico, em sua residência na ilha do Governador, no Rio, o almirante pro-

curou lutar com rapidez, entrando em contato com as 30 grandes e tradicionais entidades conservacionistas do País, para que a Comissão de Defesa do Patrimônio da Comunidade deflagrasse um movimento nacional contra o fim da Amazônia.

O movimento começa às 20 horas da próxima quarta-feira, na sede da seção paulista do Instituto dos Arquitetos do Brasil. Ali terá início a coleta de assinaturas contra a exploração de madeiras da Amazônia. Uma ação popular contra o governo deverá ser oficializada, judicialmente, até meados de janeiro, quando será escolhido o consórcio que deverá explorar as toras da região a ser inundada pela hidrelétrica de Tucuruí, exportando-as para o exterior, sem beneficiamento, através de isenções oficiais.

Além de representantes das 80 entidades unificadas pela Comissão, cerca de 500 pessoas (a maioria cientistas, artistas, intelectuais e conservacionistas) deverão seguir a orientação do almirante, segundo a qual o País ainda não está preparado para explorar racionalmente o que ainda lhe resta de matas. Tanto assim que, o próprio introdutor da escola de engenharia florestal no país, o alemão Gerard Speidel (atual ministro alemão para o meio ambiente), desaconselhou, há poucos dias, qualquer intervenção humana na chamada "hileia", antes que se conheça a fundo o que ela possui — "o que deve demandar uns 30 anos de estudo, tempo necessário para se criar uma verdadeira política de exploração racional dos recursos naturais, preservando o meio ambiente integralmente".

### Os perigos da devastação

E Speidel adverte: "Várias civilizações já morreram em decorrência de desmatamentos, que deixam o solo exposto à erosão, a repetidas enchentes alternadas com longos períodos de seca nos rios e mananciais de água; assim como os ventos, não mais domados pelo obstáculo das florestas, e a crescente incidência de insetos resultam, em seguida, na queda das colheitas agrícolas, carência de alimentos, fome, altas taxas de mortalidade infantil e alteração climática. Foi o que houve com os gregos, seguidos pelos romanos e demais povos mediterrâneos, assim como povos da Europa Central e do Norte que não aprenderam a lição de que a deterioração ambiental precede a ruína nacional, que a devastação é um bumerangue australiano que contra nós mesmos se volta; que a alteração de paisagens, do reino animal e vegetal, a deterioração da água e ar, bem como a integração de substâncias tóxicas e a mudança no clima local retroagem sobre a própria humanidade".

E o almirante Belart destaca: Speidel é considerado um dos melhores técnicos em exploração florestal de um país que começou a proteger as suas matas no século 18, quando a exploração predatória das florestas da Alemanha começou a ser severamente castigada, quando os navios eram obrigados a plantar árvores antes do casamento, quando surgiu a mais antiga associação florestal do mundo, norteadora por um princípio de rendimento sustentado dos recursos vegetais, formulado em 1713 por um engenheiro de minas que percebeu as consequências do desmatamento: "Nossa pátria precisa de um máximo de arte, ciência, inteligência e de ordenamento na produção e conservação de árvores, que garanta a preservação ambiental e rendimento contínuo".

— Se Speidel — continua Belart — acha que não estamos preparados para explorar nossas florestas, devemos evitar que elas se-

jam destruídas por estrangeiros. Devemos preservá-las para nossos filhos e netos, que certamente saberão recebê-las como patrimônio a ser repassado aos seus filhos e netos, utilizado com parcimônia e correção. Uma floresta não é uma cornucópia inexaurível; foram necessários milhares de anos para que a floresta amazônica se formasse. Só poderemos explorá-la, portanto, no dia em que soubermos como conservá-la do jeito em que ela se encontra hoje. E hoje nós só sabemos cortar árvores que não conhecemos direito e substituí-las por pinus e eucaliptos, dando ao País uma aparência de horto ou de cemitério sem vida em seus ciprestes...

As observações são reforçadas pelo almirante:

— Verificou-se agora, no 3º Congresso Florestal Brasileiro, recém-encerrado em Manaus, que não temos nenhuma infraestrutura para explorar nossa madeira. Tínhamos lá 300 pessoas reconhecendo tal fato, o que serviu para revelar, quando o projeto dos "contratos de risco" foi anunciado que no momento o País só pode entregar a Amazônia às multinacionais, na confiança de que estas deixem alguma sombra na paisagem amazônica para agradar a nós, conservacionistas idiotas...

Idiotas, porém bem informados: desde 1975 lutam contra esse problema, que surgiu como projeto para o estabelecimento de contratos de arrendamento madeireiro, proposto pela Sudam durante uma reunião de todos os órgãos do Ministério do Interior em Belém, onde seria criada uma companhia de economia mista (a Codam) encarregada de administrar as florestas.

Na época, o IBDF, responsável pela política florestal brasileira, e o Inbra, que administra as terras da União, conseguiram arquivar o projeto da Sudam, que foi reestruturado e defendido agora pelo IBDF, que, admitindo a inexistência de tecnologia nacional para correta exploração florestal, negou estar entregando a Amazônia a grupos estrangeiros ao pretender realizar uma concorrência internacional para executar o seu projeto.

Durante todo o ano, o almirante Belart (considerado o mais respeitável ecólogo brasileiro, sócio-benemérito da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza — FBCN) lutou pela aprovação de um instrumento capaz de evitar a destruição das áreas verdes nacionais. No caso, um novo Código Florestal, elaborado por ele durante os últimos seis anos, com a ajuda dos mais renomados técnicos brasileiros e a direção do Instituto dos Advogados do Brasil.

O atual Código, que aos 13 anos de idade permanece sem a regulamentação que deveria ter recebido há 12, conforme se convencionou na época de sua aprovação, é considerado pelo almirante como "um cavalo de troia enclavado em nossa pátria, trazendo em seu ventre os inimigos responsáveis por fotos como estas que o satélite Landsat acaba de produzir, para estarcimento nacional, mostrando a devastação numa pequena área amazônica. Se fosse possível um retrato de corpo inteiro da Amazônia, teríamos de modificar o seu nome para pré-deserto".

O velho código, cuja regulamentação ainda está na Presidência da República, autoriza e incentiva o desmatamento em seus artigos conflitantes e permissivos, diz o almirante. O IBDF, a quem caberia fiscalizar os desmatamentos, só dispõe de cinco viaturas e 15 fiscais para patrulhar a Amazônia (o ideal, reconhece o diretor do Instituto, seria possuir 85 mil fiscais. O ideal, segundo o general Aquino, seria que o Exército exercesse tal função, através de milícias bem equipadas e treina-

das). Resultado: só 0,28 por cento do território nacional possui reservas, e apesar desse território ser o quinto do mundo em extensão, ocupa o 68º lugar na relação de países que conservam os seus recursos naturais.

### Um novo código

A luta pela aprovação de um novo código (apesar de contar com o apoio até do vice-chefe do Estado Maior das Forças Armadas, almirante Ibsen de Gusmão Câmara) não obteve êxito, mas nessa época do ano surgiu o nome do futuro presidente da República, e todos os esforços passaram a ser destinados a convencê-lo da necessidade de criação de um ministério ou conselho ministerial para proteger o meio ambiente, com recursos, técnicos e poder de fiscalização, a quem caberia executar todas as tarefas conservacionistas hoje exercidas por mais de 20 organismos, descoordenadamente.

Belart ficou comovido ao saber, em resposta aos seus esforços, que o general João Baptista Figueiredo iria dar prioridade aos problemas ambientais e desacelerar o desenvolvimento nacional, que não estaria correspondendo às necessidades mais prementes do povo. Isso aconteceu antes da sua eleição. Eleito, Figueiredo teria confirmado à Associação dos Empresários da Amazônia que não pretendia ouvir os técnicos para traçar as diretrizes para a Amazônia nos próximos anos e sim a eles, empresários, responsáveis pela derrubada de 500 a 700 mil árvores por dia, segundo diz o sertanista Orlando Villas Boas, com base em estudos do IBDF e Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Os empresários ficaram entusiasmados com o início da exploração da floresta m Tucuruí.

Os militares acionaram todas as lideranças ecológicas do País para ficarem vigilantes e atentas assim que souberam que estava surgindo no País a figura do logger, o explorador florestal. Várias empreiteiras de grande porte estão altamente interessadas em se voltar à exploração da madeira da Amazônia, utilizando-se de equipamentos gigantescos para vencer o "desafio", ou seja, derrubar e vender o mais depressa possível as espécies vegetais que têm fácil aceitação no mercado internacional, tais como cedro, mogno, abiorama, amapá, andiroba, angelim, freijó, louro, massaranduba, sucupira, castanheira, pau d'arco, ucuuba, acapu, breu, ingá e tauari, entre outras madeiras de grande valor nas pautas de exportação.

O primeiro grande teste dos exploradores florestais no Brasil deverá ser o desmatamento de uma área de 217 mil hectares, situado na área a ser ocupada pela primeira hidrelétrica da Amazônia, a de Tucuruí. Em janeiro próximo, a Elettronorte (responsável pela usina) deverá ter escolhido o consórcio multinacional vencedor da concorrência que abriu para a exploração da área. Dez grandes consórcios internacionais já estão se preparando para derrubar, em 1092 dias, uma das mais densas e ricas florestas do mundo, aproveitando-se, no entanto, de uma velha técnica indígena: devido ao gigantesco volume de árvores a serem abatidas, será praticamente impossível retirá-las da região até junho de 1980, quando o reservatório deverá estar inteiramente alagado. A solução encontrada foi repetir um velho costume dos índios, que procuravam derrubar o menor número possível de árvores e conservar a madeira não utilizada mergulhando-a na água, onde dura mais de sete anos e não requer qualquer tipo de tratamento especial para conservação.

As árvores serão derrubadas e armazenadas em locais estratégicos da própria represa ou em Igarapés da região. Com isso, todas as toras poderão ser exportadas — como se pretende — para serem industrializadas e, talvez, voltarem ao Brasil sob a forma de sofisticadas e caras móveis, como pretendiam fazer os membros da comitiva italiana que em novembro último visitou o Pará e ficou deslumbrada: na Itália as matas nativas são invioláveis, e o país só consegue produzir seis milhões de metros cúbicos de madeira por ano com suas plantações de pinus e eucaliptos, quando o mercado nacional consome 30 milhões de metros cúbicos por ano. Os empresários estrangeiros pretendiam adquirir anualmente "apenas" 150 mil ou 200 mil metros cúbicos de madeira brasileira, mas ante a solicitude das autoridades resolveram adquirir 300 mil metros cúbicos por ano.

### Só para multinacionais

A experiência de Tucuruí (que só poderá ser feita por multinacionais, uma vez que as empresas nacionais não estão aparelhadas para enfrentar o desafio, segundo a Associação dos Empresários da Amazônia) deverá ser repetida em seguida no Vale do Tapajós, onde já foi delineada uma área semelhante a ser desflorestada.

Tudo isso, para o presidente do IBDF, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, Paulo Berutti (antigo encarregado do departamento de praças e jardins de Belo Horizonte), "será o início da exploração dos 280 milhões de hectares de florestas virgens da Amazônia, onde se destaca uma reserva madeireira estimada em 50 bilhões de metros cúbicos, representando cerca de 45 por cento das reservas mundiais desse tipo de matéria-prima" — revelou Berutti ao JT na semana passada, extremamente satisfeito com as perspectivas: as florestas tropicais da Ásia, responsáveis pelo suprimento de 85 por cento do consumo mundial de madeira, estão chegando ao fim, o que significa que a Amazônia é a última grande floresta do mundo a ser desbravada.

Para a exploração da última floresta do mundo, já existem planos e estratégias bem definidas: desde setembro, o Relatório Reservado (publicação de circulação restrita para grandes empresários) já revelava todos os detalhes do projeto elaborado pela FAO (Food and Agricultural Organization, órgão da ONU) e pelo IBDF, prevendo "a realização de contratos de curto, médio e longo prazos com empresas internacionais que se responsabilizariam pela extração de madeira" em 12 áreas iniciais. Uma na última reserva da região central do Maranhão; seis nas várzeas dos rios Tocantins, Xingu e Tapajós, no Pará; uma na região norte do Amapá; três nas várzeas dos rios Madeira, Juruá e na fronteira com a Colômbia, no Amazonas; e uma no território de Rondônia.

Esta reportagem continua na página 27